

O Açaí na vida da Juventude Amazônica: Interculturalidade, Decolonialidade e Desenvolvimento Local em uma comunidade rural-ribeirinha da Amazônia Paraense

Açai in the life of the Amazonian Youth: Interculturality, Decoloniality, and Local Development in a rural riverside community in the Amazon region of Pará

Denny Junior Cabral Ferreira*

<https://orcid.org/0000-0002-9345-9587>

Marinês de Maria Ribeiro Rodrigues**

<https://orcid.org/0009-0006-5664-1255>

Resumo

O Brasil, especialmente a região Norte, caracteriza-se por uma acentuada heterogeneidade nas condições de vida e trabalho dos jovens rurais. Na Amazônia ribeirinha, essa diversidade manifesta-se por meio de distintas formas de inserção produtiva, acesso limitado a serviços públicos e padrões variados de sociabilidade. A escassez de oportunidades de emprego e renda, aliada à ausência de políticas públicas específicas para a juventude, restringe a capacidade desses jovens de planejar e concretizar projetos de vida. O açaí, fruto de relevância econômica e social para a região, demanda uma análise crítica de sua cadeia produtiva. A crescente demanda pelo produto, dissociada de uma atenção efetiva à segurança e à qualidade de vida das comunidades envolvidas, tem gerado impactos adversos significativos. Este estudo analisa as condições de trabalho vivenciadas por jovens ribeirinhos na cadeia produtiva do açaí, considerando aspectos como: pobreza rural, insuficiência da formação educacional e ausência de oportunidades para o exercício de um trabalho digno. A exploração da mão de obra juvenil, o aviltamento salarial, a informalidade e a carência de diálogo social comprometem o exercício pleno da cidadania.

* Doutorando em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: dennyjr.ferreira@gmail.com

** Doutoranda em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: marinesdemariaribeirorodrigues@gmail.com

*** Doutorando em História Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: danielmmartinscontatos@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

A pesquisa, realizada na comunidade do Rio Quianduba, município de Abaetetuba (PA), evidencia que a extração do açaí impõe riscos e privações que violam direitos fundamentais, os quais são negligenciados pelos demais atores da cadeia produtiva e pelo consumidor final. Essa realidade reflete um discurso hegemônico sobre a Amazônia, que perpetua desigualdades e compromete a construção da identidade juvenil e a elaboração de projetos de vida que expressem suas subjetividades na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Açaí. Amazônia Ribeirinha. Decolonialidade. Juventudes. Trabalho rural.

Abstract

Brazil, especially its Northern region, is marked by pronounced heterogeneity in the living and working conditions of rural youth. Along the Amazonian riverbanks, this diversity appears in distinct forms of productive engagement, limited access to public services, and varied patterns of sociability. Scarce employment and income opportunities, alongside the lack of youth-specific public policies, restrict these young people's ability to plan and make their life projects come true. Açaí, a fruit of major economic and social importance to the region, demands a critical examination of its value chain. Growing demand for the product, divorced from effective attention to the safety and wellbeing of the communities involved, has produced significant adverse impacts. This study analyses the working conditions experienced by riverside youth in the açaí chain, addressing rural poverty, inadequate educational preparation, and the absence of opportunities for decent work. Exploitation of young labour, depressed wages, informality, and the lack of social dialogue undermine the full exercise of citizenship. Fieldwork in the Quianduba River community, municipality of Abaetetuba (Pará), shows that açaí extraction imposes risks and deprivations that violate fundamental rights, ignored by other actors in the chain and by the final consumer. This reality reproduces a hegemonic discourse about Amazonia that perpetuates inequalities and obstructs the construction of youth identity and the development of life projects that express their contemporary subjectivities.

Keywords: Açaí. Amazonian Riverine Communities. Decoloniality. Youth. Rural Labor.

Introdução

O Brasil, especialmente a região Norte, é caracterizado pela grande heterogeneidade nas condições de vida e trabalho dos jovens que habitam o meio rural. Ao analisar esse contexto na Amazônia ribeirinha, observam-se

diversas formas de inserção produtiva, com destaque para o cultivo do açaí, um fruto de grande importância social e econômica para a região.

O cultivo desse fruto se expandiu na região a partir dos anos 2000, impulsionado por um poderoso marketing científico que ressalta suas propriedades energizantes e antioxidantes. Essas propriedades foram amplamente divulgadas por pesquisas que destacam os benefícios do consumo do açaí para a saúde, devido à sua capacidade de fornecer energia e combater os radicais livres, contribuindo assim para a prevenção de doenças e o aumento do bem-estar. Esse destaque despertou o interesse das indústrias alimentícias e de suplementos, que vislumbraram no açaí uma oportunidade de negócio lucrativo, tanto no mercado nacional quanto no internacional¹.

A expansão da produção do açaí na Amazônia paraense é evidenciada pelos dados da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), que apresentam o Pará como o principal produtor nacional, com 95,31% da produção, além de ser o maior exportador, principalmente na forma de polpa congelada. Segundo a FIEPA², nos últimos dez anos, as exportações de açaí aumentaram em quase 15 mil por cento (14.380%), com um salto de 51% apenas em 2020. Para atender a essa demanda crescente, a área plantada, tanto em terra firme (cultivo irrigado) quanto em várzea (cultivo natural/orgânico), expandiu-se de 77,6 mil para 188 mil hectares em uma década. Destacam-se como principais produtores os municípios de Igarapé-Miri, Cametá e Abaetetuba.

No entanto, a crescente demanda pelo fruto, sem a devida atenção às questões de segurança e qualidade de vida dos trabalhadores, tem gerado problemas significativos para as comunidades ribeirinhas da região, muitas vezes sem acesso a políticas públicas adequadas. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as condições de vida e trabalho dos jovens ribeirinhos no início da cadeia produtiva, especificamente no manejo e coleta do fruto, caracterizado como trabalho rural e extrativista.

A relevância deste estudo é destacada pelos perigos enfrentados pelos jovens no manejo e extração do fruto, considerada uma das atividades mais arriscadas do Brasil, segundo o Instituto Peabiru³. Apesar de sua importância para o desenvolvimento regional, a invisibilidade das precárias condições de

¹ OLIVEIRA, Luciano Pereira de. *Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará: PROAÇAÍ*. Belém: SEDAP, 2016.

² Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA). Disponível em: <https://www.fiepa.org.br>. Acesso em: 01 ago. 2022.

³ INSTITUTO PEABIRU. “O Peconheiro”: *Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí*. Belém, Instituto Peabiru, 2016.

trabalho juvenil na cadeia produtiva do açaí exige atenção do Estado. Além disso, essa invisibilidade dificulta a conscientização e a implementação de medidas que possam eliminar os riscos e melhorar as condições de trabalho dos jovens envolvidos nessa atividade.

Para analisar esse problema em um contexto socioespacial específico, optamos por delimitar a comunidade Rio Quianduba, no município de Abaetetuba-PA como local de estudo, por ser uma das principais produtoras de açaí desse município. O Rio Quianduba é um espaço territorial de várzea, cujas terras são periodicamente inundadas pelas marés, que garantem a fertilidade do solo e a recomposição da vegetação nas margens dos cursos d'água, fatores essenciais para a produção de açaí.

Nesse contexto geográfico e social, a escolha dos instrumentos metodológicos foi orientada por pressupostos epistemológicos que reconhecem a importância da experiência vivida como dimensão fundamental da realidade social. Optou-se por uma abordagem qualitativa, conforme delineada por autores como Minayo⁴ e Denzin e Lincoln⁵, cuja perspectiva compreende o conhecimento como construção social e valoriza os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas cotidianas. Essa abordagem mostrou-se essencial para captar as nuances das interações sociais e das trajetórias individuais dos jovens ribeirinhos, inseridos em dinâmicas territoriais e produtivas marcadas por desigualdades históricas.

A observação participante, enquanto técnica central da etnografia⁶, possibilitou uma imersão no cotidiano da comunidade, permitindo não apenas observar, mas vivenciar os contextos de trabalho e sociabilidade. Já a pesquisa bibliográfica ancorou-se em referenciais críticos sobre juventude, trabalho rural e extrativismo, contribuindo para a elaboração de uma análise situada e teoricamente informada. Assim, por meio dessa abordagem teórico-metodológica, foi possível construir uma compreensão inicial das condições de vida e trabalho dos jovens na cadeia produtiva do açaí, respeitando suas vozes, subjetividades e os contextos socioterritoriais em que estão inseridos.

⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001

⁵ DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. pp. 15-41.

⁶ GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. pp. 13-41.

Para fundamentar a análise, utilizamos referenciais da teoria pós-colonial de autores como Walter Mignolo⁷ e Edna Castro⁸, que abordam a dominação imposta aos povos originários após a conquista e colonização europeia, e do desenvolvimento sustentável, com base nas obras de Violeta Loureiro⁹ e Ignacy Sachs¹⁰, que distinguem desenvolvimento de crescimento econômico.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira, abordamos o surgimento histórico e social da juventude como uma categoria detentora de direitos; na segunda, analisamos os impactos das precárias condições de trabalho na agricultura do açaí sobre o modo de vida dos jovens ribeirinhos; e, na terceira, discutimos o discurso hegemônico sobre o desenvolvimento na região Amazônica e suas implicações na construção de uma identidade juvenil marcada pelo colonialismo. As considerações finais encerram o texto.

A juventude como categoria social

Ariès¹¹ nos apresenta que desde o século XIX, o termo “jovem” tem sido utilizado de forma genérica, sem um conceito claro, até mesmo pela academia e contextos políticos. Originalmente, servia para contrastar gerações, como criança versus adulto, jovem versus idoso ou jovem versus adulto defende Debert¹². A partir da década de 1930, o debate sobre juventude ganhou destaque com contribuições significativas de estudiosos como Karl Manheim na Alemanha, Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Clifford Shaw nos Estados Unidos e Marialice Forachi, Otávio Ianni e Elza Castro nos anos 1950/60 no Brasil, tornando-se um importante objeto de análise nas áreas da Psicologia e das Ciências Sociais¹³.

⁷ MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp.71-103.

⁸ CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.

⁹ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

¹⁰ SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

¹¹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

¹² DEBERT, Guita Grim. As classificações etárias e a juventude como estilo de vida. In: *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, Edusp, Fapesp, 1999.

¹³ FERREIRA, Vitor Sérgio. *Pesquisar jovens. Caminhos e desafios metodológicos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

A Escola de Chicago¹⁴, nos Estados Unidos, concentrou-se, entre outros temas, na delinquência e criminalidade, com o jovem desempenhando um papel central nessas discussões. Esses estudos foram fundamentais para o desenvolvimento da Sociologia Urbana como um campo acadêmico distinto, ao buscar não apenas identificar os padrões e as causas desses fenômenos, mas também compreender a influência do contexto social e ambiental urbano sobre os jovens.

As pesquisas de Karl Mannheim¹⁵ abordaram a formação das gerações e o papel dos jovens na sociedade, focando em como as experiências compartilhadas moldam atitudes e perspectivas. Mannheim argumentava que os jovens são agentes cruciais na transformação social, por serem mais suscetíveis a mudanças nas normas e valores devido às suas posições menos enraizadas nas estruturas sociais estabelecidas. Sua teoria sobre a juventude é amplamente discutida no contexto de sua obra *“Das Problem der Generationen”* (publicado originalmente em 1928).

E como mencionado, tais movimentos e manifestação não passaram despercebidos pela Sociologia em curso no Brasil da época. Augusto¹⁶, remete a esse pioneirismo com a construção da categoria social “estudante” e o tratamento dado ao movimento estudantil realizado pela pesquisadora da USP Marialice Foracchi, reconhecida como uma representante da fase crítica da sociologia da juventude no Brasil, especialmente após o ano de 1965, sendo de sua autoria estudos em que focalizavam o papel dos estudantes na realidade brasileira com a publicação de *O estudante e a transformação da sociedade brasileira, A juventude na sociedade moderna* (objeto de sua tese de livre-docência) e *A participação social dos excluídos*, que foi publicado postumamente. A noção de classe social é fortemente utilizada por Foracchi em suas obras. O tema do radicalismo juvenil foi tratado por Octavio Ianni¹⁷ com o pequeno, mas significativo artigo *O jovem radical* (de 1968) que em suas palavras:

“o jovem radical é o sintoma de uma crise e o anúncio de uma possibilidade” (p. 228), pois “é ele quem revela as contradições da sociedade: exploração, opressão, alienação” (p. 229),

¹⁴ COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995

¹⁵ Mannheim, Karl. O problema sociológico das gerações. Tradução: Cláudio Marcondes. In: Marialice M. Foracchi (org). *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo: Ática, 1982.

¹⁶ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. “Retomada de um legado intelectual. Marialice Foracchi e a sociologia da juventude”. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2005,

¹⁷ IANNI, Octavio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 225-242.

assumindo assim a condição de “categoria social crítica” que “denuncia, exige, protesta, propõe, age, mobiliza” (p. 227).

A conjuntura vivida pelos jovens universitários¹⁸ nos anos 1960 estava impregnada pela identidade de “estudante”, que carregava múltiplos significados, capazes de conectar diversos projetos em formação. Em determinado momento, essa identidade foi “atualizada”, cristalizando um “estilo geracional” emergente, não inerente às demais instituições, mas dependente dos processos de aprendizagem social que ocorriam em vários “círculos de reconhecimento”, por meio de redes densas e concentradas. Isso ocasionou a radicalização de uma identidade que, no início da década, era relativamente restrita e delimitada. Esse fenômeno ajuda a explicar o surgimento da classe estudantil como uma categoria distinta na esfera pública, ao passo que os jovens, de maneira geral, não se destacaram da mesma forma. Um fenômeno semelhante ocorreu nos anos 1990, quando os “cara-pintadas” foram identificados como cidadãos, e não apenas como integrantes da juventude.

A nascente Sociologia da Juventude no Brasil¹⁹ emergiu juntamente com a nova Sociologia da Educação, que vinha sendo desenvolvida desde os anos 1950 no país. A partir desse período, os estudos sobre juventude no Brasil passaram a adotar diversas abordagens para definir essa categoria social. Algumas interpretações são universalizantes, baseando-se em elementos físicos ou psicológicos, como faixa etária e mudanças biológicas; outras utilizam definições substantivas ou adjetivadas; e algumas associam a juventude a problemas sociológicos ou a agentes de transformação social. Revisitar as definições mais comuns e as críticas a essas concepções constitui um passo inicial para analisar esse debate.

A partir da década de 1960, a idade se tornou uma característica central na identificação da juventude, frequentemente delimitada como o período pós-puberdade, geralmente entre 15 e 17 anos, culminando com a transição para a vida adulta²⁰. Com a Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble em 1964, essa faixa etária foi ampliada para 15 a 24 anos, uma definição adotada por organizações internacionais como a OMS e a UNESCO, refletindo uma perspectiva global sobre a fase juvenil.

¹⁸ MISCH, Ann. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. In: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 1-14, mai./jun./jul./ago. 1997.

¹⁹ SPOSITO, Marília Pontes. “Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultural”. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 36, 2010, pp. 93-104.

²⁰ FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, S. (org.). *Sociologia da juventude*, I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968. p. 37-68.

Estudos²¹ aprofundam a análise da juventude no Brasil, destacando suas complexas relações com temas como violência, cidadania e educação. Sob essa perspectiva, a juventude é entendida como uma construção social marcada por características como a ausência de responsabilidades e a isenção no mercado de trabalho. Essa situação, frequentemente associada às condições impostas às classes trabalhadoras, pode gerar exclusões significativas, restringindo as oportunidades de desenvolvimento socioeconômico para muitos jovens. Assim, a compreensão da juventude vai além da faixa etária, envolvendo fatores culturais, sociais e estruturais que moldam sua vivência e participação na sociedade.

Nos anos seguintes, essa classificação por faixa etária foi amplamente criticada²². Argumentou-se que essa definição ignora a complexidade e diversidade das experiências juvenis, reduzindo a juventude a um período delimitado. Defendeu-se que a utilização da idade como critério é transitória e requer uma análise mais aprofundada dentro de um contexto histórico específico²³. Essas críticas impulsionaram a academia a adotar novas abordagens epistemológicas e metodológicas, levando a uma transformação significativa no debate sobre juventude nas décadas de 1980 e 1990, com uma perspectiva fundamentada na diversidade como categoria de análise.

Assim, consolida-se a categoria social “juventudes” por meio dos autores da Escola Pós-Crítica da Sociologia e da Antropologia da Juventude²⁴. Esses estudiosos propõem uma abordagem mais flexível das categorias etárias, entendendo a juventude não como um estágio fixo, mas como um signo de estilo de vida e um modo de ser que constrói sociabilidades. Essa perspectiva contrasta com a abordagem da Escola Crítica, que enfoca as categorias de geração e classe social, e com a da Escola Estrutural-Funcionalista, que concebe a juventude como uma construção social resultante do processo de industrialização da sociedade.

²¹ ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007

²² WEISHEIMER, Nilson. *Agricultores familiares e novo ethos profissional: estudo sobre projetos profissionais de jovens agricultores do Alto Uruguai/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

²³ LEVI, Giovanni; Schmitt, Jean-Claude. *História dos Jovens: Da Antiguidade a Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁴ GROOPPO, Luís Antonio. *A Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017

Destacou-se²⁵ que essa visão crítica enfatizou o papel ativo dos jovens na construção de suas redes sociais e culturais, desafiando concepções homogêneas sobre a juventude. Sob essa ótica, a juventude passou a ser compreendida como um símbolo de estilo de vida, que pode ser adotado por indivíduos de diversas idades, refletindo, assim, a complexidade e a fluidez das experiências juvenis.

Nas décadas seguintes, teorias críticas de autores como Pierre Bourdieu, Antony Giddens, Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos contribuíram significativamente para delinear uma definição de juventude dentro de um contexto mais amplo de estruturas sociais, culturais e econômicas. Bourdieu²⁶ analisou a juventude como um período de socialização e reprodução das desigualdades sociais. Giddens²⁷ destacou a reflexividade e a busca por identidade dos jovens em uma sociedade globalizada. Morin²⁸ possibilitou a análise da complexidade juvenil, considerando-a um momento de transição permeado por incertezas e paradoxos. Boaventura de Sousa Santos²⁹ ressaltou a importância da participação política e da construção de conhecimento pelos jovens como elementos essenciais para a transformação social. Esses aportes teóricos enriqueceram o entendimento da juventude como um fenômeno socialmente construído, influenciado por diversos fatores e em constante evolução.

As teorias críticas desses renomados estudiosos foram cruciais para a definição de um conceito abrangente de juventude³⁰, que considera sua natureza histórica, social, complexa, simbólica e culturalmente variável. Qualquer definição que negligencie a diversidade de culturas e identidades juvenis não captura plenamente o verdadeiro significado da juventude³¹. As manifestações políticas contemporâneas evidenciam a persistência desse caráter multifacetado das juventudes modernas, reforçando a importância de uma compreensão mais ampla e contextualizada desse fenômeno social.

²⁵ PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

²⁶ BOURDIEU, P. *A juventude é apenas uma palavra. Questões de sociologia*. Brasília: MDA/Nead, 2005.

²⁷ GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 2002.

²⁸ MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

²⁹ SANTOS, Boaventura Sousa. *Para uma Pedagogia do Conflito*; In: SILVA, Luis Heron da (org.) *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

³⁰ GROOPPO, Luís Antonio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

³¹ GROOPPO, Luís Antonio. "Dialética das juventudes modernas e contemporâneas". In: *Revista de Educação do COGEME*, Planalto Paulista, ano 13, nº 25, dez. 2004.

A Sociologia da Juventude³² se consolidou ao focar na construção de teorias que abordam as diferenciações sociais. Essa abordagem teórica³³ crítica não se limita a analisar essas diferenciações, mas também propõe modificações na realidade juvenil, tanto no Brasil quanto no mundo, a partir do reconhecimento das reais necessidades dessa população.

Os estudos baseados em uma visão crítica sobre a juventude no Brasil destacam essa demanda da sociedade por uma categoria social que vai além de uma fase transitória da vida humana, emergindo como uma construção social e simbólica profundamente influenciada pelos contextos históricos, culturais e econômicos. Essa definição mais ampla e contextualizada da juventude enriquece o debate sobre essa categoria social, proporcionando uma compreensão mais dinâmica dessa fase da vida em diversos contextos, incluindo o contexto rural abordado neste estudo.

A Sociologia Rural explora diferentes concepções de juventude no ambiente rural³⁴. Por exemplo, os dados estatísticos oficiais brasileiros dividem os jovens em faixas etárias, separando os de 15 a 19 anos e os de 20 a 24 anos. O movimento sindical, por sua vez, inclui em seus departamentos jovens, agricultores e trabalhadores de até 32 anos³⁵. Pesquisas em áreas rurais mostram que, para os habitantes do campo, o tempo de vida não é o único critério para definir a juventude. Ser solteiro, não ter filhos e viver com os pais podem ser referências mais significativas do que a idade cronológica.

Para os fins desta reflexão, consideramos como jovens aqueles que se encontram em idade escolar, entendida aqui como o período correspondente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, ou seja, entre 6 e 17 anos, conforme estabelece a legislação brasileira. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente³⁶ (Lei n.º 8.069/1990, art. 54, I-II), cabe ao Estado garantir a

³² GROOPPO, Luís Antonio. *A Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

³³ PAIS, José Machado. “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”. In: *Analise Social*, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

_____. José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993

³⁴ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “A Sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade”. In: *Conferência de Abertura do VIII Congresso Latino-Americanano de Sociologia Rural – Alasru*. Pernambuco: Alasru, 2010.

³⁵ CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martim (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma perspectiva nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 243-261, 2005.

³⁶ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

oferta obrigatória e gratuita do ensino fundamental e a progressiva extensão dessa obrigatoriedade ao ensino médio, abrangendo, portanto, crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. A Base Nacional Comum Curricular³⁷ (Resolução CNE/CP n.º 2/2017, Introdução, pp. 36-37) ratifica essa delimitação etária ao afirmar que a educação básica obrigatória começa aos 6 anos (início do ensino fundamental) e se estende até os 17 anos (término do ensino médio).

No entanto, diante das especificidades da realidade amazônica - marcad a por trajetórias educacionais interrompidas, grandes distâncias geográficas, evasão escolar e ingresso precoce no trabalho -, essa delimitação etária exige certa flexibilização. Assim, compreendemos “idade escolar” não apenas como uma faixa etária normativa, mas como uma condição de vínculo potencial ou efetivo com a escola, ainda que esse vínculo se estabeleça de forma tardia, intermitente ou irregular, como frequentemente ocorre em contextos ribeirinhos e rurais da Amazônia. Essa perspectiva ampliada permite captar a juventude em sua dimensão concreta, relacional e situada, aspecto fundamental para os objetivos deste estudo.

Um mundo rural, territorial e interrelacional

As questões a seguir tocam no campo dos significados dados às experiências juvenis nos territórios rurais ribeirinhos. Antes de qualquer análise sobre as experiências com os jovens da comunidade de Quianduba, é necessário esclarecer três questões: o que se entende por mundo rural, que abordagem territorial se pretende adotar e como se definem as questões de gênero nesse espaço social.

De acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³⁸ cerca de 8 milhões de jovens residem em áreas rurais no Brasil. Esse número revela a complexidade da dinâmica juvenil do mundo rural como um lugar de vida, ou seja, um lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e onde se vê e se experimenta o mundo - a cidadania do jovem rural e sua inserção na sociedade nacional³⁹.

³⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 22 dez. 2017, p. 115-120.

³⁸ IBGE. *Censo Demográfico 2022: população e domicílios; primeiros resultados*. IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2023.

³⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Juventude Rural: vida no campo e projeto para o futuro*. Recife: Editora da UFPE, 2013.

Essa vida, repleta de tramas e dramas cotidianos, de redes de relações, de conflitos, de possibilidades, de idas e de permanências, é marcada por rostos jovens, tanto masculinos quanto femininos. Os dados do IBGE⁴⁰ mostram um certo equilíbrio entre jovens homens e mulheres no meio rural, na faixa etária de 15 a 29 anos (53,2% e 46,8%, respectivamente), e um desequilíbrio na faixa de 15 a 17 anos (55% homens e 45% mulheres).

Na Amazônia brasileira, a grande maioria dos habitantes do campo é formada por indivíduos e comunidades que mantém um vínculo específico com a terra, a floresta e a água⁴¹. Através do trabalho, garantem a subsistência presente e a reprodução futura. São famílias de agricultores, extrativistas, pescadores, indígenas, ribeirinhos e quilombolas. A vida desses indivíduos e suas famílias é marcada por uma rica diversidade social, cultural, religiosa e econômica. A compreensão dessa complexidade e dos sujeitos (homens e mulheres) exige uma leitura particular, mas conectada a temas mais abrangentes no contexto rural brasileiro.

Isso nos leva a crer que a Amazônia, como espaço rural, não é:

[...] um mundo (rural) isolado, que possa ser entendido como uma realidade autônoma. Ao contrário, uma das dimensões importantes a se considerar é, precisamente, os processos de integração à dinâmica da economia e da sociedade nacionais na medida em que ele é o resultado da forma como a sociedade está organizada, das suas contradições e dos projetos de desenvolvimento que estão em curso (Wanderley, 2010, p. 4).

A integração da Amazônia ao projeto econômico nacional ocorreu historicamente de forma “cíclica”, marcada pela sobreposição de poderes, onde suas populações frequentemente se viam à margem das decisões centrais⁴². Embora não seja o foco detalhar os momentos históricos, é relevante destacar que a integração da Amazônia à economia nacional envolveu os povos do campo, que resistiram e desenvolveram estratégias econômicas locais quando os programas desenvolvimentistas do Estado entraram em colapso na Amazônia Brasileira⁴³.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; PEREIRA, H. dos S. (org.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: memórias, ethos e identidade*. Manaus: EDUA, 2007.

⁴² LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

⁴³ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009

O projeto de desenvolvimento do mundo rural permanece como agenda do Estado brasileiro⁴⁴. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1988-2002), passando pelos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2002/2006 e 2006/2010) e na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) emergiram programas de governo que procuraram superar os entraves econômicos e sociais do espaço rural brasileiro. Um desses programas é o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

O PDSTR tem como meta fundamental reduzir as assimetrias sociais e espaciais do espaço rural brasileiro. O programa foca nas populações rurais como agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Mais do que falar do programa em si, nos interessa-nos demonstrar a concepção de abordagem territorial adotada, pois ela fornece pistas para a reflexão proposta neste texto.

A abordagem territorial ressurge no contexto agrário brasileiro com o objetivo de enfrentar os clássicos entraves ao acesso às políticas públicas voltadas para o campo⁴⁵. A partir da troca de experiências e debates durante a transição do governo Lula, foi implementado o PDSTR, um dos programas territoriais mais destacados na atual conjuntura agrária do país

A categoria território tem a perspectiva de que em toda o espaço geográfico constituído há identidades sendo forjadas e relações sociais construídas. Isso exige um tratamento diferenciado para as identidades vivenciadas no ambiente, na economia, na cultura, pois elas são organizadas localmente em projetos específicos, revelando uma identidade própria e uma imagem coletiva em construção⁴⁶.

No interior dessa discussão territorial, destaca-se o processo de territorialização, que tem influenciado a formulação de políticas públicas no âmbito federal. Tal influência é resultado⁴⁷ de uma

[...] conjunção de fatores que envolve uma capacidade mobilitária, em torno de uma política de identidade e um certo jogo

⁴⁴ DELGADO, Nelson Gimenez; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. “Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o Programa Territórios da Cidadania”. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 83-100, 2014.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

⁴⁷ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas. “babucais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: Terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-Ufam, 2008.

de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (Almeida 2008, p. 118).

Conceber a constituição de um território como processo pressupõe considerar os instrumentos políticos de mobilização entre os agentes sociais e o Estado. A relação entre esses agentes é construída e marcada por impasses, avanços, retrocessos e cooptação.

Nas últimas décadas, observamos uma construção sendo forjada nos diferentes espaços geográficos no Brasil. O território é uma categoria que reivindica:

A construção de política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do Estado (Almeida, 2008, p. 119).

A Amazônia rural, considerando seus aspectos físicos e sociais, tornou-se um mosaico territorial diante dos diferentes processos de territorialização. Isso mostra que seus sujeitos têm provocado uma redefinição espacial e identitária que muitas vezes não é concebida pelo próprio Estado brasileiro. O mérito nisso é a possibilidade de se conceber “outras” formas espaciais e “outras” políticas públicas conforme as identidades e as especificidades exigidas pelos sujeitos amazônicos. Essa inscrição espacial das coletividades⁴⁸, nos obriga a considerar a Amazônia, e especialmente o Pará, como um território rural que mobiliza uma discussão política específica, assim como pesquisas e indagações teóricas peculiares.

A partir dos processos de territorialização, esta análise destacará aspectos fundamentais das relações de gênero no mundo rural. O território rural é um espaço em constante construção, onde as identidades e as relações sociais são forjadas e moldadas pelas possibilidades e limitações de todo o processo social. É um lugar de especificidades, mas, ao mesmo tempo, está vinculado a outros espaços igualmente complexos e específicos. Em outras palavras, a

⁴⁸ ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. “Territórios de reforma agrária e de conservação da natureza”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém: Museu Emílio Goeldi, vol. 5, nº 1, 2010.

coletividade é composta por sujeitos – homens e mulheres – que constroem suas identidades diariamente.

Pensando nos Territórios Rurais Amazônicos como um lugar de vida em construção, desejamos refletir mais diretamente sobre as relações de gênero pela perspectiva do desenvolvimento rural. Embora o espaço rural brasileiro possua uma variação de famílias, grupos étnicos, sujeitos, focaremos aqui nas experiências dos jovens. Sabemos que esses diferentes grupos possuem elos comuns e, ao mesmo tempo, estão inseridos numa estrutura social camponesa marcada pela concentração de terras e por um modelo de desenvolvimento que é a modernização conservadora da agricultura⁴⁹.

Contudo, essa estrutura não é definitiva; percebemos nela outras possibilidades de agricultura, como a familiar, que aponta para outra concepção de desenvolvimento rural. É nessa trama que os jovens se firmam como um grupo com especificidades, exigindo do Estado pensar um desenvolvimento rural diferenciado e possível⁵⁰. Em outras palavras:

Os processos que afetam as relações de gênero, de geração e de famílias em contextos rurais exigem uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significações (Scott; Cordeiro, 2010, p. 17).

As concepções de gênero carregam um amplo e histórico debate. Neste estudo, ao analisar as relações de gênero de forma interrelacional, com foco no protagonismo juvenil feminino no território rural ribeirinho, um contexto que não é alheio a essas concepções, as quais podem ser desveladas por meio do uso social dessa categoria. Destacamos, aqui, a experiência das jovens ribeirinhas como participantes ativas na produção da existência familiar.

Nessa perspectiva analítica, será possível evidenciar que essas jovens interagemativamente com o mundo globalizado, ao mesmo tempo em que reafirmam sua identidade como trabalhadoras na coleta do açaí. Essa dinâmica desafia a imagem predominante de desinteresse dos jovens pelo meio rural. No entanto, esse “novo ator social” ainda permanece amplamente desconhecido e subexplorado nas pesquisas sobre juventude rural⁵¹.

⁴⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Juventude Rural: vida no campo e projeto para o futuro*. Recife: Editora da UFPE, 2013.

⁵⁰ SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

⁵¹ CASTRO et al, Elisa Guaraná de. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*.

Trabalho e educação na agricultura do açaí no Rio Quianduba: duas pontas e um nó

Neste estudo, privilegiamos a trajetória de vida de um grupo específico de jovens residentes na comunidade do Rio Quianduba, situada no Território Rural Ribeirinho do município de Abaetetuba, na Região das Ilhas, no estado do Pará. Essa região é composta majoritariamente por comunidades de várzea, cujo modo de vida é profundamente marcado pelo regime das marés, pela presença de rios, igarapés e pela floresta. A comunidade do Rio Quianduba se organiza em núcleos familiares distribuídos ao longo das margens do rio, com acesso fluvial, o que condiciona tanto a mobilidade dos moradores quanto o escoamento da produção agrícola, especialmente o açaí.

A base econômica da comunidade está centrada na agricultura familiar e no extrativismo vegetal e animal, com destaque para o cultivo do açaí. Essas áreas, em grande parte, são de uso comum ou pertencem a pequenos proprietários que seguem formas tradicionais de manejo, repassadas entre gerações. A organização territorial é marcada por relações de vizinhança, reciprocidade e parentesco, que sustentam o cotidiano e a cooperação nas atividades produtivas. Apesar disso, há desigualdades no acesso aos recursos naturais, como os açaizais mais produtivos, o que impacta diretamente as condições de trabalho e as oportunidades dos jovens.

O foco da análise recai sobre dois aspectos centrais: o trabalho e a educação, que, juntos, representam dimensões fundamentais de uma mesma realidade vivenciada na agricultura do açaí e revelam as tensões e os desafios enfrentados por esses jovens na busca por autonomia e permanência no território.

A primeira ponta: a juventude e o trabalho na agricultura do açaí

Destacamos que os jovens aqui analisados se encontram em idade escolar (6-17 anos), mas iniciam precocemente, entre 7 e 8 anos, sua inserção na cadeia agroextrativista do açaí na comunidade do rio Quianduba. A transmissão intergeracional de saberes, habilidades e valores que sustenta essa prática tradicional transforma a família, ao mesmo tempo, em núcleo afetivo, espaço de formação da personalidade e oficina de aprendizagem técnica. Contudo, o acesso aos açaizais – regulado por posse familiar, arrendamentos ou contratos de produção – institui relações de trabalho marcadas pela divisão sexual das

tarefas, pela informalidade e, não raro, pela exploração econômica de crianças e adolescentes, seja em regime de co-trabalho familiar, seja como mão de obra remunerada “à peça” ou “à diárida”. Nessas condições, a remuneração costuma ser aviltada, os riscos ocupacionais são negligenciados e inexistem mecanismos formais de proteção social ou negociação coletiva, o que restringe o exercício de direitos e compromete a elaboração de projetos de vida capazes de expressar suas subjetividades juvenis.

Essas vivências precoces, portanto, não configuram apenas uma dinâmica econômica: transformam-se em marcas mnemônicas que entrelaçam a experiência singular de cada jovem à história coletiva da comunidade. Há, pois, uma relação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva⁵², pois o indivíduo carrega em si as experiências do grupo ao qual pertence. Como Halbwachs destaca:

Existe uma relação intrínseca entre a memória individual e coletiva, pois o indivíduo carrega em si as memórias do grupo ao qual pertence.

A memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a um ponto de vista sobre a memória coletiva. Olhar este que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (Halbwachs, 2004, p. 55).

Com base nessa concepção, é possível afirmar que as relações socioculturais dos jovens ribeirinhos na agricultura do açaí constituem um corpo de memória tecido ao longo de suas trajetórias. Esses saberes, transmitidos informalmente por meio das práticas cotidianas, rituais e narrativas orais, não apenas preservam os modos tradicionais de cultivo, mas também fortalecem a identidade cultural e a coesão social da comunidade.

Na pesquisa de campo, observou-se que jovens de ambos os sexos participam da coleta de açaí, tanto em seus próprios lotes quanto em lotes de terceiros. No entanto, é notável que as mulheres se dedicam predominantemente à fase de coleta, especialmente no processo de debulha, que envolve a retirada dos frutos dos cachos, enquanto os homens desempenham funções tanto no manejo quanto na colheita, evidenciando uma maior versatilidade nas atividades. Essa diferenciação de papéis reflete dinâmicas de gênero que são influenciadas por normas culturais e sociais.

⁵² HALBWACHS, M. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2004.

As identidades, comportamentos e atividades de trabalho nas comunidades rurais são moldados pela organização social das diferenças sexuais. As relações de gênero são socialmente construídas e refletem a distribuição desigual de poder e recursos entre homens e mulheres. Normas de gênero, internalizadas desde a infância e reforçadas por instituições sociais, prescrevem papéis e responsabilidades diferenciados, impactando as trajetórias educacionais, ocupacionais e domésticas.

No contexto do cultivo do açaí, essas normas frequentemente se baseiam em expectativas culturais sobre as habilidades e atribuições apropriadas para cada sexo, além de estarem relacionadas a estruturas de poder que conferem maior valor às atividades associadas à masculinidade. A diferenciação de papéis no cultivo do açaí reflete, assim, as relações de gênero e as normas culturais que moldam as interações sociais e as oportunidades de cada grupo.

Na comunidade pesquisada, somente os jovens homens têm a possibilidade de se envolver em outras atividades dentro da agricultura do açaí, como o gerenciamento da produção, enquanto as mulheres se veem restritas à coleta do fruto. Essa diversidade de funções oferece aos jovens a possibilidade de decidir se desejam continuar na agricultura familiar com os pais, já que o trabalho fora da unidade de produção familiar lhes proporciona a chance de explorar atividades não relacionadas ao campo.

Essa escolha muitas vezes ocorre quando os jovens migram para zonas urbanas em busca de melhores oportunidades educacionais, frequentemente motivados pela precariedade da educação local, que não oferece condições adequadas de ensino e trabalho no município. Isso os força a se deslocar para buscar uma educação de maior qualidade e, eventualmente, melhores perspectivas profissionais.

Na fase juvenil, é comum o enfrentamento do dilema das escolhas e do projeto de vida, o que envolve decidir sobre a profissão, a permanência ou não no lugar de origem e a continuidade ou não das atividades herdadas dos pais e avós⁵³. Reconhecer esse dilema é importante, pois traz à tona uma realidade que exige reflexão. A questão central é até que ponto esses jovens são apoiados por seus pais e pelo Estado nesse momento crucial de suas vidas, e até que ponto o projeto coletivo da unidade familiar de produção e do setor primário influencia suas decisões e os compromete com essa realidade.

⁵³ DAYRELL, Juarez. "A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil". In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

Em geral, os jovens que se envolvem no gerenciamento da produção tendem a abandonar as atividades de coleta e manejo, que exigem grande esforço físico e envolvem altos riscos. O processo de subir nas palmeiras para abastecer 10 rasas – cerca de 50 a 60 palmeiras – utilizando uma peconha e um terçado preso à cintura, sem qualquer tipo de proteção, revela a intensidade do esforço físico exigido. Quando o açaizal é “baixo”, o número de árvores a serem escaladas chega a 50 ou 60. Para 20 rasas, esse número dobra, o que destaca o impacto do trabalho na vida dos jovens envolvidos.

Além do esforço físico, esses jovens enfrentam riscos associados às ferramentas e técnicas utilizadas, como terçados, roçadeiras e motosserras, que os expõem a diversos perigos. Eles estão sujeitos a insolação e picadas de animais peçonhentos, como serpentes, aranhas e escorpiões. Os acidentes são frequentes e podem resultar em lesões de diferentes naturezas, como musculares, deslocamentos de ombros, fraturas ósseas, cortes e perfurações.

Apesar dos riscos inerentes ao trabalho e da importância da cadeia do açaí para o desenvolvimento econômico e social da região, não há regulamentação estatal que garanta a segurança desses jovens. A preocupação do Estado se restringe principalmente à qualidade do produto para consumo, negligenciando as problemáticas associadas à primeira fase da cadeia produtiva.

O Instituto Peabiru⁵⁴ identificou que a extração do açaí é uma das atividades mais perigosas do Brasil, o que provoca alterações profundas no tecido social das comunidades envolvidas. A invisibilidade das condições de trabalho contribui para que os elos mais fortes da cadeia de valor não assumam a responsabilidade pela segurança dos trabalhadores, perpetuando a falta de proteção e a exposição a riscos no processo produtivo.

O Instituto destaca a total invisibilidade das condições de trabalho para o consumidor final, o que resulta na ausência de responsabilidade dos elos mais fortes da cadeia de valor – indústrias, atacadistas, varejistas e batedores – pela segurança dos trabalhadores. O Decreto nº 326, de 20 de janeiro de 2012⁵⁵, aborda exclusivamente a qualidade do produto para consumo, sem qualquer preocupação com a segurança dos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do açaí.

⁵⁴ INSTITUTO PEABIRU. “O Peconheiro”: *Diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí*. Belém, Instituto Peabiru, 2016.

⁵⁵ PARÁ. Decreto nº 326, de 20 de janeiro de 2012. Estabelece requisitos higiênico-sanitários para a manipulação do açaí [...]. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=148207>

Além disso, não existem políticas públicas específicas para garantir a segurança na atividade de extrativismo de açaí em várzea, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. Essa lacuna representa uma problemática que requer um estudo aprofundado e reflexão por parte da academia e da sociedade. Assim, a ausência de medidas de segurança no cultivo do açaí torna essa atividade particularmente perigosa para a juventude ribeirinha, que enfrenta riscos físicos significativos sem a devida atenção e proteção.

A segunda ponta: a juventude e a educação

A vida de coletor de açaí é compartilhada com a vida escolar. Atualmente, pais e filhos reconhecem a educação como uma ferramenta essencial para acessar melhores condições de vida. Não se questiona mais a ida de um filho ou filha à escola; ao contrário, a ausência escolar pode gerar grandes transtornos e questionamentos. Seja na expectativa de ocupar postos de trabalho na área urbana, seja para permanecer no campo, os jovens estão inseridos na educação formal. Enquanto a geração passada (pais e avós) não tinha acesso ou valorizava menos a educação formal, hoje, a geração dos filhos e netos vê a escolaridade como uma grande conquista, algo que não pode ser rejeitado.

Apesar do reconhecimento da importância da educação, a educação formal nas comunidades rurais ribeirinhas ainda se apresenta de forma precária. Embora o acesso à escola tenha sido facilitado, permitindo que todos cheguem à sala de aula, surge a questão sobre o tipo de educação oferecida. A qualidade da educação no campo é uma preocupação central, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de atender às especificidades da vida rural. Os jovens ribeirinhos enfrentam desafios relacionados às longas distâncias geográficas e aos complexos ciclos das águas, que limitam o deslocamento e dificultam o acesso à escola. Conforme apontado já mencionado, nas regiões ribeirinhas, o calendário hidrológico apresenta variações ao longo do ano⁵⁶, impactando diretamente o cotidiano e as condições de ensino.

Na comunidade Quianduba, observamos que o trabalho no cultivo do açaí prejudica significativamente os estudos dos jovens, resultando em baixa frequência escolar e, em muitos casos, na desistência. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao tempo que os jovens dedicam ao trabalho, seja no lote da família ou em propriedades de terceiros. Dos 10 jovens entrevistados,

⁵⁶ FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; PEREIRA, H. dos S. (org.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: memórias, ethos e identidade*. Manaus: EDUA, 2007.

6 relataram ter completado apenas até o sexto ano do ensino fundamental. A seguir, apresentamos alguns depoimentos desses jovens:

“Olha, eu até tentei estudar mais, mas não deu. Eu trabalho apanhando açaí desde criança, ajudando minha família e também trabalhando para os outros. O problema é que a escola ficava longe, e eu saía bem cedo de casa para ir pro mato. Quando eu voltava, já era tarde. O rabeiro, já tinha passado. Aí, não tinha jeito. Fui ficando pra trás nos estudos. Não foi por falta de vontade, foi a situação, a necessidade que me fez parar de estudar e ficar só trabalhando” (Jovem de 17 anos).

“Sabe, eu até tentei continuar os estudos, mas não foi fácil. Chegava do mato tão cansado que quando ia pra escola, não tinha cabeça pra nada. Quem trabalha no mato, apanhando açaí, precisa descansar à tarde, porque se não descansar, não tem como voltar no outro dia. É muita energia que a gente gasta pra apanhar açaí. Então, quando eu chegava na escola, não dava conta de estudar. Acabei desanimando e parei de ir. Foi uma decisão difícil, mas era o que meu corpo pedia na época” (Jovem de 18 anos).

Em pesquisa realizada na Ilha do Marajó⁵⁷ sobre o trabalho infantil na extração do açaí, foi constatado que a participação de crianças e adolescentes na colheita do fruto impacta negativamente a frequência escolar e o desempenho acadêmico, especialmente durante o período da safra, quando há uma mobilização generalizada das famílias. Essa participação se dá, entre outros fatores, pela habilidade física dos jovens para subir em árvores finas, mais altas, que não suportam o peso dos adultos.

Ao abordar o trabalho juvenil no Brasil⁵⁸, observa-se que ele frequentemente obriga o abandono precoce da escola e, em alguns casos, impede a frequência escolar. O autor enfatiza que a escola deve ser capaz de acolher os diversos sujeitos socioculturais, articulando seu Projeto Político Pedagógico com os projetos de vida dos alunos. Nesse contexto, é crucial repensar a educação escolar sob uma perspectiva pós-colonial, levando em consideração as diferenças culturais e socioeconômicas dos estudantes, e valorizando as particularidades de suas vivências.

Autores como Walter Mignolo e Edna Castro têm contribuído para o questionamento das formas de produção de conhecimento baseadas no

⁵⁷ KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. O trabalho infantil na colheita do açaí na Ilha do Marajó. In: FARIAS, James Magno Araujo Farias (org.). *Trabalho decente*. São Paulo: LTr, 2017.

⁵⁸ DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. T (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

pensamento eurocêntrico e colonizador. Mignolo⁵⁹ argumenta que a maneira como produzimos conhecimento tem raízes na cultura europeia, perpetuando práticas discriminatórias e subjugadoras. Segundo Castro⁶⁰, o pensamento eurocêntrico invisibiliza outras culturas e fortalece representações hegemônicas que sustentam relações de poder exclusivas.

Estudos pós-coloniais demonstram como o pensamento colonial se infiltra nas escolas, por meio da organização do conhecimento nos currículos escolares, onde certos saberes são escolhidos como dignos de ensino, enquanto outros são silenciados. Destaca-se que essa seleção não é um processo epistemológico neutro, mas uma forma de legitimar e perpetuar propósitos de dominação ligados às classes dominantes⁶¹.

Essa dinâmica impede a interação entre saberes formais e informais, reforçando as desigualdades sociais, especialmente no que tange à preparação para o mercado de trabalho. Ao desconsiderar os saberes informais, a escola desvalorizou as atividades econômicas tradicionais, o que desmotiva os jovens do campo a permanecerem na escola, resultando no abandono dos estudos em favor do trabalho.

Uma abordagem que rompe com o paradigma positivista propõe uma escola como um espaço de conhecimento compartilhado, que se enriquece com diferentes saberes, baseados na experiência cotidiana dos alunos, e propicia a construção coletiva do conhecimento. Isso pressupõe que o ser humano, enquanto ser histórico, ao interagir com o mundo social, produz valores, crenças e saberes sobre o seu contexto, que são essenciais para o exercício da cidadania.

Ao reconhecer as pessoas comuns como produtoras de conhecimento e valorizar outras vozes, será possível problematizar o cotidiano e abandonar o etnocentrismo, adotando uma visão mais pluralista de educação. Esse novo entendimento exige uma ação epistemológica interdisciplinar, que articule o conhecimento existente com a realidade daqueles que se dispõem a desvelar a realidade e nela se posicionar.

⁵⁹ MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp.71-103.

⁶⁰ CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.

⁶¹ GOMES, Nilma Lino. “Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos”. In: *Curriculo Sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 98-109, jan/bbr 2012

Nessa perspectiva, vários domínios e instâncias, antes sedimentados e hierarquizados no processo de produção do conhecimento ao longo do tempo, serão respeitados e valorizados, como religiões, o cotidiano, as relações de poder, modos de vida, entre outros. Isso contribuirá para a compreensão da não linearidade, da descontinuidade e da diferença como dimensões operativas na construção do conhecimento. Esse novo entendimento demanda uma ação epistemológica de interdisciplinaridade, exigindo uma atitude de diálogo com o já existente e de articulação com aqueles que se dispõem a desvelar a realidade e nela se posicionar⁶², na possibilidade de um giro decolonial.

O conceito de “giro decolonial” no contexto latino-americano reflete sobre a crítica à razão ocidental e propondo a transmodernidade como um deslocamento epistemológico⁶³. A autora analisa como o pensamento decolonial desafia as estruturas de poder e conhecimento estabelecidas pela modernidade, que marginalizam os saberes e as culturas do “Outro”. Nesse sentido, a transmodernidade é apresentada como uma forma de reconfiguração do pensamento, que valoriza a diversidade de perspectivas e experiências, especialmente aquelas provenientes de povos historicamente subalternizados na América Latina. A autora propõe uma ruptura com os paradigmas eurocêntricos, buscando uma nova compreensão do mundo e do conhecimento que seja mais inclusiva e plural.

Por intermédio dessa nova abordagem, a escola poderá romper com a cultura de exclusão, que tem na concepção colonialista a força do poder opressor, por meio de ideologias importadas que tornam a educação inadequada à realidade dos educandos e, dessa forma, inoperante, incapaz de propiciar as transformações sociais necessárias. Portanto, somente rompendo com essa cultura de exclusão é que a escola, como guardiã da estruturação do conhecimento, poderá cumprir seu papel de ser um ambiente de exercício da vida social, por meio da tomada de consciência do projeto civilizatório e, desse modo, construir uma nova sociedade.

⁶² CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.

⁶³ MIGLIEVITH-RIBEIRO, Adélia. O “giro decolonial” latino-americano e a razão do Outro: a transmodernidade como deslocamento epistemológico. In: CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.

Diálogo intercultural como possibilidade para conectar juventude, trabalho e educação na agricultura do açaí

Nas conversas com os pais dos jovens entrevistados, não observamos preocupações significativas em relação às implicações que o trabalho dos filhos na coleta e cultivo do açaí pode gerar. Pelo contrário, essa prática é frequentemente vista com orgulho, sendo considerada um indicador de que seus filhos são trabalhadores. Os pais afirmam que seus filhos conseguem coletar entre 10 a 20 rásas de açaí por dia, contribuindo para o sustento da família.

Esse orgulho, aliado à ausência de preocupação com os riscos aos quais os jovens estão expostos, evidencia que o trabalho na extração do açaí constitui uma prática cultural profundamente enraizada nas comunidades ribeirinhas. Trata-se de um saber tradicional, transmitido de geração em geração e legitimado como parte da identidade coletiva⁶⁴. Nesse sentido, é fundamental compreender que, como afirmam diversos autores da antropologia cultural, a cultura é essencial para a vida das pessoas, pois é por meio dela que os sujeitos se reconhecem como parte de um grupo, reafirmam seus pertencimentos e constroem sentidos para suas experiências. Para o indivíduo, o reconhecimento do outro é crucial para sua formação, e essa construção cultural está diretamente ligada à sua participação no grupo. Assim, o conceito de justiça ou injustiça é relativo e depende da visão compartilhada pelo grupo sobre o que é considerado justo ou não.

A pesquisa nos confronta com um dilema complexo: de um lado, a situação de risco a que os jovens estão expostos na extração do açaí, clamando por proteção; de outro, a manifestação cultural de uma comunidade tradicional que desenvolve sua principal atividade econômica como estratégia de subsistência e afirmação de resistência cultural.

Ao problematizar essa situação, emergem desafios teóricos de elevada complexidade. De um lado, a visão universalista dos direitos humanos, que rechaça adaptações às especificidades culturais; de outro, a perspectiva contextualista, que advoga a avaliação segundo as peculiaridades de cada grupo sociocultural. O confronto entre essas abordagens sinaliza a potencialidade do diálogo intercultural como via promissora, configurando-se como estratégia fértil para a salvaguarda da dignidade dos sujeitos sociais⁶⁵.

⁶⁴ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

⁶⁵ SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

O diálogo intercultural fundamenta-se na premissa de que coexistem diversas correntes interpretativas no interior das culturas, algumas mais propícias à emancipação do que outras. Identificar e explorar as vertentes culturais progressistas constitui estratégia que confere maior legitimidade social aos direitos, potencializando as possibilidades de conquistar a adesão autêntica e consciente dos sujeitos.

É fundamental destacar que o diálogo intercultural busca apreender o fenômeno em sua universalidade sem recorrer à violência epistemológica que desqualifica ou subordina as culturas de cada comunidade. A abertura a essa perspectiva dialógica propicia a ampliação dos horizontes interpretativos e do próprio repertório de condutas da comunidade investigada, que passa a se reconhecer de forma mais crítica e reflexiva, problematizando suas práticas e gerando soluções fundamentadas em novos conhecimentos e múltiplos olhares.

Pensar o diálogo intercultural exige uma reflexão crítica sobre a própria carga normativa e axiológica dos direitos humanos. Afinal, a cultura se manifesta como expressão do desenvolvimento dos direitos individuais, cujos sujeitos gozam de proteção em dimensões fundamentais, como a vida e a liberdade. Nesse mesmo sentido, proteger o jovem contra toda forma de violação, resguardando sua condição peculiar de sujeito em desenvolvimento, configura-se como uma inequívoca expressão de respeito aos seus direitos humanos.

Nesse contexto, Boaventura sustenta que a política dos direitos humanos constitui essencialmente uma política cultural. Ele problematiza a pretensa universalidade dos direitos humanos, argumentando que não é possível conceber um universal quando existem particularidades locais irredutíveis a uma padronização global. Ainda propõe o multiculturalismo⁶⁶ como pré-condição para uma relação dialética entre a competência global e a legitimidade local, elementos que configuram os atributos fundamentais de uma política contra-hegemônica de direitos humanos.

O multiculturalismo⁶⁷ permite um olhar analítico sobre as especificidades de determinada sociedade, possibilitando compreender os mecanismos de garantia dos direitos básicos daquela comunidade, sem incorrer na mera reprodução acrítica dos direitos legitimados pela cultura hegemônica.

⁶⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma concepção multicultural de direitos humanos*. São Paulo: Annablume, 2008.

⁶⁷ Ibidem.

Essa tarefa demanda um exercício dialógico complexo, que exige capacidade de escuta sensível e abertura para ser transformado pelo encontro com outras matrizes culturais. É fundamental abdicar da postura de detentor de uma verdade supostamente superior, que historicamente caracterizou a abordagem ocidental em relação aos direitos humanos. Ao contrário, torna-se indispensável problematizar a temática sem pressupostos e valores apriorísticos, construindo um ambiente de diálogo que permita elaborar um sistema normativo não apenas declaratório, mas dotado de mecanismos de coerção efetivos para os casos de violação.

Para Boaventura, as culturas se interpenetram e os valores podem se globalizar, contudo não podem ser impostos com arrogância, como se fossem intrinsecamente superiores aos aceitos por outras comunidades. A substituição valorativa fundamentada no diálogo e na construção consensual representa a única via legítima para estruturar um sistema de direitos humanos com pretensão verdadeiramente universal⁶⁸.

Em síntese, a formação legítima de um sistema universal de direitos humanos será assegurada pelo diálogo intercultural, no qual cada comunidade possa ofertar sua contribuição singular, tendo seus valores integralmente respeitados. Quando existem práticas culturais que demandam ressignificação, o convencimento mediante argumentos racionais configura-se como caminho metodológico mais adequado.

Nesse arcabouço interpretativo, torna-se possível compreender que a realização do diálogo intercultural faculta à comunidade analisar criticamente a utilização da mão de obra juvenil na extração do açaí e identificar as consequências multidimensionais dessa atividade.

Acreditamos que uma interpretação intermediária, construída dialógicamente, capaz de conciliar a reprodução cultural pelo ensinamento aos jovens do modo de produção familiar e, simultaneamente, assegurar a observância dos direitos fundamentais, poderá contribuir significativamente para o entendimento de que os jovens necessitam investir em formação educacional para conquistar melhores condições existenciais.

⁶⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

Desenvolvimento e colonialismo na cadeia produtiva do açaí: um retrato da Amazônia no tempo presente

A crescente demanda pelo açaí nos mercados nacional e internacional revela uma atividade produtiva com potencial significativo para o desenvolvimento local e regional. Contudo, a pesquisa na comunidade Quianduba evidencia que a vida dos jovens que atuam diretamente na extração do fruto foi profundamente ressignificada, manifestando-se em transformações como o aumento exponencial das subidas nos açaizeiros, a incorporação como agentes fundamentais na composição da renda familiar e o comprometimento de sua trajetória escolar. Nesse contexto, sua juventude é capturada e instrumentalizada por um modo de produção que os desconsidera como sujeitos em formação.

Neste cenário paradoxal, que entrelaça crescimento econômico e reconfiguração dos modos de vida, torna-se imperioso problematizar criticamente as políticas de desenvolvimento para a região amazônica. Tais políticas apresentam um caráter intrinsecamente contraditório, porquanto fortalecem os circuitos do capital internacional ao mesmo tempo em que fragilizam a realidade social local, produzindo processos de empobrecimento, potencializando o desmatamento e ameaçando a existência dos povos tradicionais. A discussão parte de uma perspectiva descolonizadora de desenvolvimento, que deve ser concebida a partir da especificidade local e de sua complexa relação com a natureza e o universo circundante.

Dentre as diversas abordagens de desenvolvimento, interessa-nos uma análise que considere o desenvolvimento como um processo que altere não apenas as estruturas econômicas e produtivas, mas também as sociais, institucionais e políticas. Ou seja, o aumento da produção deve ser acompanhado pelo incremento da renda e da capacidade econômica da população.

Perroux, fundamentado na interdisciplinaridade e em sua concepção de desenvolvimento como uma transformação estrutural, defende que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que promove melhorias qualitativas e quantitativas na vida da população⁶⁹. Para ele, desenvolvimento implica uma combinação de mudanças mentais e sociais que capacitam uma população a aumentar, de forma cumulativa e sustentável, seu produto real bruto. O autor ressalta que o simples aumento da renda, gerado por atividades produtivas, não constitui desenvolvimento se não for acompanhado por reformas que combatam a pobreza, marginalização e miséria. Sem essa transformação

⁶⁹ PERROUX, François. *L'économie du XXe siècle*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

qualitativa no bem-estar das pessoas, o fenômeno deve ser entendido apenas como crescimento econômico.

Sachs alinhado ao pensamento de Perroux, diferencia desenvolvimento de crescimento econômico⁷⁰, destacando que os objetivos do desenvolvimento vão além da simples acumulação de riqueza material. Ele enfatiza que, embora o crescimento econômico seja uma condição necessária, não é suficiente para garantir uma vida melhor para todos.

As ideias de Perroux e Sachs convergem na análise das economias subdesenvolvidas, propondo estratégias de desenvolvimento ajustadas às suas particularidades, rompendo com a visão de desenvolvimento como um modelo universal aplicado indistintamente do Norte ao Sul. Nesse contexto, é essencial que a população diretamente impactada atue como protagonista no estudo e na implementação de políticas públicas voltadas à melhoria de sua qualidade de vida.

Na Amazônia, a ausência de envolvimento da população local na resolução dos problemas é frequentemente atribuída à concepção exógena de desenvolvimento, planejada de “fora para dentro” e desconsiderando a participação das comunidades locais. Violeta Loureiro aponta que uma característica marcante do processo de formação social da Amazônia brasileira é a implementação de políticas governamentais baseadas em modelos de desenvolvimento que negligenciam a vida e o futuro das populações locais⁷¹. Esses modelos, elaborados por grupos ou elites focadas exclusivamente no crescimento econômico de suas empresas, exploram os recursos naturais com o objetivo de beneficiar o grande capital, sem priorizar o bem-estar das comunidades amazônicas.

Edna Castro acrescenta que a relação de subordinação entre aqueles que planejam e aqueles que executam sempre esteve presente na Amazônia, refletindo a permanência do processo colonizador, ainda vivo, mas adaptado a novas formas⁷². Segundo a autora, o término do Período Colonial no Brasil não significou o fim de uma mentalidade colonizada, mas apenas a substituição das formas de colonização. Essa mentalidade colonial continua a subjugar as populações locais, ignorando e desvalorizando a diversidade cultural, social e ambiental da região.

⁷⁰ SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

⁷¹ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no Século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

⁷² CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo, Annablume/CLACSO, 2019.

Castro ainda ressalta que o papel global desempenhado pela Amazônia ao longo dos séculos tem gerado impactos significativos em diferentes áreas, como a abertura de novas fronteiras voltadas à produção de *commodities* para o mercado global e o legado de concentração de renda, exclusão social e degradação ambiental resultante da chamada “modernização” da região⁷³. Segundo a autora, o desenvolvimento regional foi moldado por características como a intervenção estatal, direta ou indireta, para promover a ocupação da Amazônia; a adoção de uma função econômica específica; programas oficiais de desenvolvimento que favoreceram o grande capital; e a visão da região como fornecedora de matéria-prima e geradora de divisas. Esse modelo reforça a posição periférica da Amazônia no contexto do mercado internacional, nas palavras dela:

O desenvolvimento é, antes de tudo, uma construção política e ideológica, sendo, por isso, um discurso produzido, um discurso de poder e de legitimação simbólica que carrega consigo uma formulação arbitrária, intrínseca e historicamente elaborada. No jogo de imagens, o desenvolvimento precisa de reconhecimento pelo não desenvolvido, e que, por ser o outro, necessariamente inferior na avaliação deslocada de sua realidade, se trata de um paradigma do pensamento colonial (Castro, 2015, p. 243).

A autora destaca que o modelo de desenvolvimento predominante marginaliza as populações locais, excluindo-as do processo de formulação de políticas destinadas à melhoria de suas condições de vida. Para Edna Castro, o verdadeiro desenvolvimento deve ir além da lógica puramente econômica, priorizando ações voltadas à redução da pobreza, da miséria e da marginalização, em vez de focar exclusivamente no aumento do Produto Interno Bruto e no enriquecimento de uma minoria⁷⁴.

Nesse contexto, Violeta Loureiro posiciona a Amazônia como uma semiperiferia no sistema mundial, marcada pela exploração e marginalização nas dinâmicas econômicas globais⁷⁵. Historicamente, a região tem sido submetida a práticas neocoloniais, nas quais o governo brasileiro implementa políticas que privilegiam a extração de recursos naturais em detrimento das

⁷³ CASTRO, Edna. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (org.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Caminhos e descaminhos da Amazônia em busca do desenvolvimento - acertos, erros e possibilidades*. Vol. 1. Manaus: Editora Valer, 2023.

necessidades locais. Esse cenário reflete uma transição da dominação colonial externa para uma forma de dominação interna.

A pesquisa realizada com a comunidade investigada revela que, apesar da crescente valorização do açaí, o retorno gerado ao longo da cadeia produtiva não resulta em melhorias significativas na qualidade de vida da população local e de seus jovens, perpetuando desigualdades estruturais.

Considerações finais

A juventude é um fenômeno multifacetado e dinâmico, cuja compreensão exige uma abordagem atenta às suas dimensões históricas, culturais e sociais. Sua definição não é uniforme, sendo moldada por contextos específicos e experiências individuais. Para analisar as repercussões das condições precárias de trabalho na agricultura do açaí sobre os jovens ribeirinhos da comunidade do Rio Quianduba, foi essencial descrever e examinar essas condições, sobretudo no estágio inicial da cadeia produtiva, que envolve o cultivo e a coleta do fruto.

Este estudo fundamenta-se na teoria pós-colonial, que questiona o modelo eurocêntrico e propõe a valorização dos saberes locais, como os da comunidade ribeirinha analisada. A pesquisa revelou que a cadeia produtiva do açaí na região pouco contribui para o desenvolvimento local, particularmente em relação à melhoria da qualidade de vida dos jovens. Para transformar essa realidade, é essencial incluir as comunidades afetadas no processo de formulação de políticas públicas, respeitando suas identidades, culturas e aspirações, e promovendo um diálogo intercultural. Contudo, esse processo enfrenta desafios, pois os valores tradicionais locais podem divergir dos conceitos ocidentais de direitos humanos e trabalho digno, demandando a criação de alternativas mais alinhadas às necessidades locais.

Conclui-se que é indispensável considerar as vozes e experiências dos jovens ao elaborar políticas públicas, reconhecendo a diversidade de suas realidades e enfrentando as violências e desigualdades que os afetam. A riqueza das juventudes está em sua pluralidade e singularidade, e é fundamental oferecer espaços para que expressem suas subjetividades. Refletir sobre os valores emergentes na juventude, especialmente nas diversas realidades amazônicas, é reconhecer um movimento de transformação silencioso, mas profundamente significativo.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.* 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 171-190, 2005.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia.* Brasília: MDA/NEAD, 2005. p. 149-157.
- BRASIL. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União:* Seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017.* Institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular. *Diário Oficial da União:* Seção 1, Brasília, DF, 22 dez. 2017, p. 115-120.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma perspectiva nacional.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.
- CASTRO, Edna. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (org.). *Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 21-46.
- CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, Edna (org.). *Pensamento crítico latino-americano.* São Paulo: Annablume/CLACSO, 2019. p. 61-90.
- CASTRO, Elisa Guaraná de et al. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político.* Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica: EDUR, 2009.
- COULON, Alain. *A Escola de Chicago.* Campinas: Papirus, 1995.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

- DAYRELL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DEBERT, Guita Grin. As classificações etárias e a juventude como estilo de vida. In: _____. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 1999. p. 124-147.
- DELGADO, Nelson Gimenez; ZIMMERMANN, Silvia A. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o Programa Territórios da Cidadania. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 52, p. 83-100, 2014.
- DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia Helena S. C. Territórios de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 5, n. 1, p. 113-132, 2010.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA). Informações sobre a cadeia produtiva do açaí. Disponível em: <https://www.fiepa.org.br>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- FERREIRA, Vítor Sérgio. *Pesquisar jovens: caminhos e desafios metodológicos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, S. (org.). *Sociologia da juventude, I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968. p. 37-68.
- FRAXE, Thereza de J. P.; WITKOSKI, Ana C.; PEREIRA, Helder dos S. (org.). *Comunidades ribeirinhas amazônicas: memórias, ethos e identidade*. Manaus: EDUA, 2007.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Curriculum Sem Fronteiras*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.
- GROOPPO, Luís Antônio A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

- GROOPPO, Luís Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do COGEIME*, Planalto Paulista, ano 13, n. 25, p. 7-25, dez. 2004.
- GROOPPO, Luís Antônio. *Introdução à Sociologia da Juventude*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2004.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: população e domicílios – primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IANNI, Octavio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (org.). *Sociologia da juventude, I: da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 225-242.
- INSTITUTO PEABIRU. “O Peconheiro”: diagnóstico das condições de trabalho do extrativista de açaí. Belém: Instituto Peabiru, 2016.
- KOURY, Suzy Elizabeth C. O trabalho infantil na colheita do açaí na Ilha do Marajó. In: FARIA, James M. A. (org.). *Trabalho decente*. São Paulo: LTr, 2017. p. 201-224.
- LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Caminhos e descaminhos da Amazônia em busca do desenvolvimento – acertos, erros e possibilidades*. v. 1. Manaus: Editora Valer, 2023.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. Tradução: Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982. p. 69-123.
- MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIGLIEVITH-RIBEIRO, Adélia. O “giro decolonial” latino-americano e a razão do Outro. In: CASTRO, Edna (org.). *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume/CLACSO, 2019. p. 223-249.

- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.
- MISCH, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 1-14, 1997.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- OLIVEIRA, Luciano Pereira de. *Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará - PROAÇAÍ*. Belém: SEDAP, 2016.
- PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- PARÁ. Decreto n.º 326, de 20 de janeiro de 2012. Estabelece requisitos higiênico-sanitários para a manipulação do açaí. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=148207>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- PERROUX, François. *L'économie du XXe siècle*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SARMENTO, Daniel. *Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luís Heron da (org.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 13-29.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma concepção multicultural de direitos humanos*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, p. 93-104, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. Conferência de abertura do VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural – ALASRU. Pernambuco: ALASRU, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Juventude rural: vida no campo e projeto para o futuro*. Recife: Editora da UFPE, 2013.

WEISHEIMER, Nilson. *Agricultores familiares e novo ethos profissional: estudo sobre projetos profissionais de jovens agricultores do Alto Uruguai/RS*. 2004. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Artigo recebido para publicação em 10/03/25 e aprovado em 30/06/25.